



## PARECER TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

**PARECER Nº 147/2018-CGM**

**PROCESSO Nº PP083/2018**

**MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL

**SITUAÇÃO:** Homologado

**INTERESSADO:** Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

**EMPRESAS VENCEDORAS:** F. DA S. CIRQUEIRA COMERCIAL -ME

XINGULAR UTILIDADES PARA O LAR LTDA

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL – SEMTEPS JUNTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV.

### 1. RELATÓRIO

Foi remetido pelo Pregoeiro do Poder Executivo Municipal de São Félix do Xingu/PA, o processo administrativo, no qual requer análise técnica e de conformidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial.



O processo licitatório em epígrafe encontra-se em volume único, o qual foi instruído com a seguinte documentação:

- Solicitação de abertura de processo administrativo (fls. 02);
- Termo de referência e anexos (fls. 03-15);
- Cotação de preços do mercado (fls. 16-23);
- Declaração da despesa do responsável, atestando a conformidade orçamentária e financeira com a LOA, o PPA e a LDO (fls. 24);
- Indicação dos recursos orçamentários (fls. 25);
- Despacho da Chefe do Poder Executivo autorizando o início do processo licitatório (fls. 26);
- Ato de designação de Pregoeiros e composição de equipe de apoio para modalidade de Pregão (fls. 27-28);
- Solicitação de análise da minuta do edital à Procuradoria Geral do Município (fls. 29);
- Minuta do edital do pregão presencial (fls. 30-64);
- Parecer Procuradoria Geral do Município (fls. 65);
- Edital do pregão presencial e anexos (fls. 66-111);
- Comprovante de Publicação do Pregão Presencial:
  - Diário Oficial da União (fls. 112);
  - Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará (fls. 113);
- Ata da realização do certame (fls. 114-117);
- Apresentação da documentação exigida no edital (fls. 118-243);
- Solicitação do parecer jurídico sobre os autos (fls. 244);
- Parecer jurídico sobre o processo (fls. 245-246);
- Termo de homologação (fls. 247);
- Contrato administrativo (fls. 248-256);
- Contrato administrativo (fls. 257-264);
- Publicação do aviso de resultado:
  - Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará (fls. 265);



- 
- Publicação do aviso de homologação:
- Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará (fls. 266).

Sendo este o relatório, passamos a análise.

## **2. ANÁLISE**

### **2.1. Da Legislação**

- Lei nº 8.666/93;
- Lei nº 10.520/02;
- Lei Complementar nº 101/00;
- Edital do processo.

### **2.2. Da Fase Preparatória**

O processo administrativo está autuado, protocolado, rubricado com a indicação do objeto, orçamentos, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação do pregoeiro ou servidores responsáveis, termo de referência, autorizações, edital com seus respectivos anexos, publicações e demais documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações nº 8666/93.

### **2.3. Da Análise Jurídica**

Quanto ao aspecto jurídico e formal da minuta do edital, a Procuradoria Geral do Município opinou apto a sua elaboração, posteriormente emitiu parecer favorável sobre a legalidade e conclusão do processo.

### **2.4. Do prazo**

Em consonância com o inciso V, do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, onde o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis, sendo a



---

última data publicada no dia 05/07/2018 e a data para abertura do certame em 25/07/2018. Cumprindo a legislação que trata da matéria.

## **2.5. Da Fase Externa**

A fase externa é assim chamada porque representa o momento em que o procedimento licitatório sai do âmbito interno da administração e passa a provocar efeitos no meio social.

## **2.6. Do Edital**

O Edital definitivo do processo em análise consta assinado pela autoridade que o expediu, estando rubricado em todas as folhas, conforme o artigo 40, §1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelece.

## **2.7. Da Ata de Reunião**

Conforme se infere na abertura da ata de realização do pregão presencial, compareceram as empresas:

1. F. DA S. CIRQUEIRA COMERCIAL - ME;
2. XINGULAR UTILIDADE PARA O LAR LTDA.

Aberto os envelopes das documentações para credenciamento e das propostas, percebeu-se que as empresas estavam em conformidade com o edital, sendo classificadas para a fase de lances e negociação de valores conforme o interesse dessa Administração.

Em seguida ao ser definido o menor preço, cotado pelas empresas presentes, e sendo que ninguém manifestou intenção o pregoeiro informou aos representantes que aceitaria os valores apresentados, ficando a contratação do fornecimento dos produtos a cargo da Secretaria Responsável.



---

### **3. DA EXCLUSIVIDADE PARA PEQUENAS EMPRESAS E MICROEMPRESAS**

No presente processo, foi exercido a reserva de cotas e exclusividade para pequenas empresas e microempresas, nos termos da LC nº 123/2006 com alterações promovidas pela LC nº 147/2014.

### **4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

O pregoeiro ADJUDICOU a empresa vencedora no certame, visto que não houve interposição de recurso ou prazo para apresentação de documentação. Após a conclusão e análise do processo administrativo licitatório pelos setores competentes, a Chefe do Poder Executivo Municipal HOMOLOGOU o processo licitatório.

### **5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

Os contratos originados do presente procedimento obedecerão aos termos do caput, do Art. 57, da Lei 8.666/93, conforme expressa a cláusula de vigência da minuta contratual.

### **CONCLUSÃO**

Desta feita, deverá prosseguir o presente certame para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais afins à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCM/PA, a geração de despesas são de inteira responsabilidade do ordenador de despesas eximindo qualquer culpa ou dolo por parte do Controlador Geral do Município.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



---

Ao Pregoeiro para conhecimento, manifestação e adoção das providências subsequentes.

São Félix do Xingu, 28 de agosto de 2018.

Alexo Silva Barros  
Controlador Geral do Município  
Decreto nº 1780/2018

Mayse Karolinne C. do Nascimento  
Analista de UCI II  
Decreto nº1782/2018